

1 Ata da 3ª (terceira) reunião ordinária de 2016 do Conselho Municipal de Saúde de Sorocaba, realizada nas dependências do Salão de  
2 Vidro da Prefeitura Municipal de Sorocaba, no dia 16 de Março de 2016, com início às 19h30min. O Sr. Vice-Presidente e também  
3 Secretário-Executivo do Conselho, Conselheiro Eduardo Golob, cumprimenta a todos os presentes, e convida dos Conselheiros da  
4 Comissão Executiva a tomar assento na Mesa Diretora dos trabalhos. Procede-se com a inscrição de interessados para informes e  
5 assuntos gerais e, ato contínuo, passa-se então a apreciação do primeiro item da pauta: Informes e assuntos gerais. A Sra. Chefe da  
6 Divisão de Assistência Farmacêutica, Farmacêutica Joseane Dias, informa aos presentes sobre a existência do Programa “Farmácia  
7 Popular”, informando que atualmente no município de Sorocaba existem cerca de 150 farmácias credenciadas nesse programa, e que a  
8 população pode retirar nestes locais os medicamentos de Asma, Diabete e Hipertensão, de forma totalmente gratuita. Diz das vantagens  
9 em se divulgar tal programa, uma vez que este é custeado pelo Governo Federal, desonerando os cofres do município. Fala a respeito,  
10 ainda, da grande diversidade de localização destas farmácias, abrangendo quase todos os bairros do município, facilitando o acesso à  
11 população. Informa, por fim, que haverá divulgação, em forma de campanha realizada pela Prefeitura, através de folders e panfletos, que  
12 serão futuramente anexados às UBS’s e distribuídos com informação à população. Sr. Douglas, representante da Associação dos  
13 Trabalhadores Lesionados – ATL, parabeniza as ações da Secretaria de Saúde de Sorocaba, dizendo que houve orientação para permitir a  
14 participação da ATL às reuniões da CIST. Informa que, a partir de então, a ATL irá gravar todas as reuniões, já que ainda não estão sendo  
15 fornecidas as cópias das atas. Pede, ainda, que conste no website do Conselho, integrante da página da Prefeitura, a lista atualizada dos  
16 conselheiros municipais de saúde, bem como as datas das reuniões ordinárias. Conselheiro Eduardo Golob esclarece que estas  
17 informações já constam, de forma atualizada, publicadas no website, e se coloca à disposição para auxiliar na busca destas informações,  
18 caso os interessados porventura não encontrem na página. Reconhece, entretanto, que o website do Conselho ainda não dispõe de  
19 calendário das comissões de acompanhamento, até pelo fato das próprias comissões, infelizmente, ainda não terem conseguido se  
20 organizar a contento, neste sentido. Sra. Angélica, representante da CISPAS – Centro de Integração Social de Pais e Amigos de Sorocaba,  
21 diz que esteve em audiência pública nesta semana, onde discutiu-se a respeito dos Editais para contratação de entidades junto ao SUS.  
22 Informa que a CISPAS presta serviços na área de fonoaudiologia, e que ainda não vislumbrou a publicação do pertinente edital para este  
23 serviço, embora os que englobam os demais serviços já estejam formalmente e legalmente publicados. Conselheiro Eduardo Golob tece  
24 breve histórico das ações desenvolvidas a respeito dos Editais para contratação das Entidades de Sorocaba, e informa que o edital  
25 específico do Serviço de Fonoaudiologia já encontra-se com a data marcada para publicação no próximo dia 24 de Março, tanto no Jornal  
26 do Município de Sorocaba, quanto no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Revela que a íntegra do Edital, com seus pertinentes anexos,  
27 deverão ser obtidos diretamente no website da Prefeitura Municipal de Sorocaba, podendo ainda, também, caso seja desejável, ser  
28 obtido através de solicitação formal diretamente à Secretaria da Saúde, a qual poderá fornecer cópia impressa do documento, ou enviar  
29 via e-mail. Informa, por fim, que a abertura dos envelopes de proposta e habilitação deste edital específico de Fonoaudiologia deverá  
30 ocorrer no dia 12 de Abril de 2016, e que todas as informações pertinentes a forma de participação serão detalhadas no próprio Edital,  
31 que conterà maiores orientações para as entidades interessadas em participar. Conselheiro Alexandre informa que, quando da mudança  
32 da Central do SAMU para o prédio da Rua Aparecida, para junção da sede dos serviços junto à sede do CEREST, foi designada área a ser  
33 ocupada pelos profissionais do SAMU, e que no entanto, até o momento não foi utilizado todo o espaço disponibilizado. Lembra que  
34 houve grande discussão a respeito da adequação dos profissionais do CEREST, que já ocupavam o espaço, e aguarda posicionamento a  
35 respeito, para eventualmente voltar a destinar o espaço ocioso aos profissionais do CEREST. Conselheiro José Murayama fala a respeito  
36 da dificuldade de acesso para fiscalização na Santa Casa, tanto de Conselheiros, como também e Vereadores. Questiona se, conforme  
37 rumores, haverá mesmo o fechamento das farmácias das unidades básicas de saúde, e que se isto ocorrer, certamente acarretaria  
38 grande prejuízo a população. Conselheiro Dr. Ismael comenta que os servidores públicos municipais realizarão greve na próxima quarta-  
39 feira, dia 23 de Março, em busca de melhorias nas condições de trabalho, e pela reposição salarial, no mínimo, do percentual  
40 inflacionário, de pouco mais de 10%, ao passo que a Prefeitura acenou com a contra-proposta de reajuste na ordem de 3.5%. Informa  
41 que a classe médica se reuniu e deliberou por apoiar a paralisação dos servidores públicos municipais. Dr. Eduardo Vieira, ex-conselheiro  
42 e Presidente do Sindicato dos Médicos (SIMESUL), corrobora as palavras do Dr. Ismael, dizendo que a categoria médica esta direcionada  
43 neste sentido, e tem apoiado totalmente o sindicato dos servidores públicos municipais. Informa ainda que o Sindicato está atento a  
44 eventuais tratativas para novas terceirizações dos serviços de urgência e emergência, em especial do Pronto Atendimento Ipanema,  
45 conforme já há rumores. Conselheiro Francisco Valério retoma a informação já explanada pelo Conselheiro José Murayama, a respeito da

46 dificuldade de acesso de fiscalização, por parte de Conselheiros e outras autoridades, nos serviços da Santa Casa. Sugere que o Conselho  
47 monte uma comissão para esta finalidade, e em persistindo as dificuldades, que elabore manifestação perante o Ministério Público,  
48 informando acerca destas ocorrências. Lamenta a ausência do Sr. Secretário de Saúde à reunião, e tece comentários gerais acerca do  
49 fluxo de encaminhamento de pacientes promovido pela Central de Regulação Municipal, solicitando maiores esclarecimentos.  
50 Conselheiro Eduardo Golob relembra que já está agendada reunião da Comissão de Planejamento e Regulação junto à equipe gestora da  
51 Central de Regulação Municipal, e que então a própria comissão poderá, futuramente e oportunamente, demandar a solicitação de  
52 pauta do assunto para apresentação do que for levantado pela comissão, a respeito desta questão. Conselheiro Francisco Valério diz que  
53 está extremamente difícil conseguir receber medicamentos de alto custo na farmácia do Conjunto Hospitalar de Sorocaba, e em virtude  
54 desta dificuldade, e em que pese o assunto ser responsabilidade do Governo do Estado, questiona o que a municipalidade pode fazer a  
55 respeito do assunto. Relembra, por fim, as tratativas a respeito do Regimento Interno do Conselho, informando ser necessário que haja  
56 alguma conclusão definitiva acerca do documento, e informa a todos que foi eleito, recentemente, Conselheiro Estadual de Saúde. Dr.  
57 Eduardo Vieira pede para constar em ata que obteve informações do Sr. Aílton de que a secretaria não tem planejamento de terceirizar o  
58 serviço do PA Laranjeiras. Sr. Marcos, munícipe presente a reunião, reclama sobre a falta de resolutividades das UBS's de nosso  
59 município. Informa que passou por vários profissionais, de várias unidades e, até o momento, ainda não obteve o real diagnóstico em  
60 relação a estranha dor que sente na mão e articulações. Pede orientação de onde deve recorrer, e se será necessário realizar formal  
61 reclamação na ouvidoria de saúde do município. Conselheiro Eduardo Golob solicita que o mesmo passe seus dados à equipe técnica de  
62 apoio da Secretaria da Saúde presente à reunião, para que haja levantamento de seu caso e posterior retorno. Informa, ainda, que se o  
63 munícipe desejar, poderá buscar formalizar seu descontentamento junto à Ouvidoria da Saúde. Informa que a Secretaria da Saúde atua  
64 constantemente alinhada às demandas que chegam até o conhecimento da Ouvidoria da Saúde, pois com este "feedback" a pasta pode  
65 melhor diagnosticar eventuais falhas no sistema, e realizar reuniões operacionais visando a correção dos equívocos que eventualmente  
66 possam se apresentar no atendimento prestado pela rede municipal de saúde. Conselheiro André presta solidariedade a Conselheira  
67 Márcia Niterói, em virtude do recente falecimento de seu pai, sendo acompanhado por unanimidade pelos demais conselheiros em sua  
68 manifestação de pesar. Conselheiro André prossegue complementando as informações prestadas pelo Conselheiro Francisco Valério a  
69 respeito da falta de medicamentos de alto custo na farmácia do Conjunto Hospitalar de Sorocaba, e sugere que o conselho cobre  
70 explicações junto à DRS-XVI em relação a esta situação. Conselheiro Zanzarini questiona aos colegas conselheiros se a pessoa que é eleita  
71 delegada para a Conferência Nacional continua com esta delegação válida mesmo após ter ocorrido a pertinente Conferência, sendo  
72 informado por consenso dos presentes que a delegação se extingue ao término do evento. Diante da informação, Conselheiro Zanzarini  
73 informa então a necessidade de se tomar providências no sentido de orientar munícipe de Sorocaba que foi eleita delegada para  
74 participação na 15ª Conferência Nacional de Saúde, e que embora o evento já tenha ocorrido, a mesma ainda frequenta o Sistema de  
75 Saúde do município, tentando se valer de prerrogativas inexistentes em função de ter sido eleita delegada nacional de saúde, em  
76 tentativa de assim intimidar funcionários da rede, os quais desconhecem maiores detalhes acerca destas normatizações do controle  
77 social das ações do SUS. Conselheiro Eduardo Golob esclarece que, ainda que a mesma fosse atualmente "delegada nacional" em virtude  
78 de, porventura, ainda não ter ocorrido a Conferência, mesmo assim não poderia ela se valer de qualquer benesse ou privilégio no  
79 atendimento ou fiscalização dos serviços do Sistema Público de Saúde, já que esta não é a função de um delegado de conferência, ao  
80 qual compete apenas a participação, com direito a voto, no respectivo evento, exercendo representatividade ao segmento que a indicou,  
81 e nada mais. Em não havendo novas manifestações ou inscritos em informes e assuntos gerais, passa-se então a apreciação do segundo  
82 item da pauta: Aprovação da ata da última reunião ordinária, realizada no dia 17 de Fevereiro de 2016, já devidamente encaminhada  
83 anteriormente aos Srs. Conselheiros. Conselheiro Eduardo Golob menciona que a ata já foi previamente encaminhada e passível de  
84 algumas correções, alterações e inclusões sugeridas, e que estas foram realizadas e reenviadas a todos os Conselheiros, para ciência.  
85 Questiona se ainda existem pendências ou apontamentos pertinentes e, em não havendo manifestações, coloca a mesma em votação,  
86 sendo esta aprovada por unanimidade. Passa-se então a apreciação do terceiro item da pauta: Apresentação da Associação Paulista de  
87 Gestão Pública – APGP. Dr. Samuel representante da APGP, inicia a apresentação da entidade explanando acerca da responsabilidade da  
88 mesma, além de apresentar a missão, visão e valores da organização. Demonstra o organograma e a composição funcional da APGP,  
89 relatando a equipe e as principais atividades exercidas por seus agentes, tanto em funções anteriores a APGP, como atualmente na  
90 instituição. Fala dos princípios que norteiam o trabalho da entidade, e seu impacto na humanização do atendimento ao usuário SUS.

91 Versa a respeito dos trabalhos já desenvolvidos pela APGP, e mostra ainda em quais instituições a mesma atualmente é a responsável  
92 pela gestão. Diz do desafio atual assumido na cidade de Sorocaba, para realização da gestão do Hospital Psiquiátrico Vera Cruz. Tece  
93 comentários gerais a respeito especificamente desta missão, passando informações contratuais e informando acerca dos trabalhos  
94 desenvolvidos, com a divisão de competências de gestão da APGP e as responsabilidades inerentes à equipe da Coordenação de Saúde  
95 Mental da Secretaria da Saúde de Sorocaba, a qual rege todo o processo de desinstitucionalização, sendo a APGP apenas o apoio  
96 operacional e de gestão do Hospital para colaboração, neste sentido. Finaliza sua apresentação agradecendo a atenção de todos, e  
97 coloca-se à disposição para esclarecimentos que porventura se façam necessários. Conselheiro José William diz ser louvável a  
98 experiência ora demonstrada pela APGP na apresentação, mas questiona se a entidade tem experiência específica na área de saúde  
99 mental, face as nuances e particularidades que dificultam os trabalhos de gestão nesta área. Dr. Samuel esclarece que a APGP não  
100 desenvolveu, até então, nenhum trabalho de gestão voltado especificamente e exclusivamente para a área de saúde mental, embora  
101 alguns hospitais gerais sob gestão da entidade contenham leitos de observação psiquiátrica. Informa ainda que o Edital da contratação  
102 não exigia experiência exclusiva na área da saúde mental, e sim apenas na área da saúde, não vislumbrando então maiores problemas  
103 legais quanto a esta exigência. Conselheiro Eduardo Golob, o qual também é Diretor da Área de Administração da Secretaria da Saúde,  
104 revela que inicialmente o Edital elaborado exigia das empresas eventualmente interessadas a comprovação de experiência de gestão na  
105 área de saúde mental, mas que contudo, houve impugnação elaborada por pessoa física junto ao Tribunal de Contas do Estado de São  
106 Paulo, elencando dentre diversos apontamentos, a vedação legal de que se fosse exigido atestado de capacidade técnica exclusiva na  
107 área de Saúde Mental. Informa, então, que o Tribunal de Contas orientou que fosse suprimido do Edital a exigência de apresentação de  
108 atestado de capacidade técnica específica na área de Saúde Mental, pelo entendimento de que tal fato poderia dar ensejo a eventual  
109 direcionamento na licitação, recomendando que o atestado de capacidade técnica fosse exigido, apenas, para a área de saúde, em geral.  
110 Diz que, diante de tal fato, a Secretaria da Saúde acatou a recomendação do Tribunal, e promoveu as adequações conforme esta  
111 orientação. Conselheiro Dr. José William diz esperar que a Secretaria da Saúde possua em seus arquivos ou apensado ao processo  
112 licitatório expressamente esta recomendação do Tribunal de Contas, em virtude de entender preocupante a falta de experiência da  
113 APGP na área de saúde mental para o exercício de gestão do Hospital Psiquiátrico Vera Cruz, face sua complexidade. Relata ainda que,  
114 ainda sem nenhuma experiência em saúde mental, espera que a APGP tenha um desempenho melhor do que o Instituto Moriah. Afirma  
115 lhe causar estranheza que o Tribunal de Contas tenha sugerido a omissão de uma Lei, que determina 01 ano na área de atuação da  
116 Organização Social, e que esta Lei foi amplamente divulgada no Jornal Cruzeiro do Sul. Dr. Eduardo Vieira parabeniza a apresentação da  
117 APGP, e deseja sucesso na gestão do Hospital Psiquiátrico Vera Cruz. Tece comentários acerca da terceirização, e questiona a maneira  
118 que a APGP realiza a contratação de profissionais médicos. Dr. Samuel diz que acredita na possibilidade de se realizar um serviço de  
119 saúde de qualidade no terceiro setor. Fala que, como em todos os setores e todas as áreas, existem boas e más entidades. Passa a  
120 palavra ao responsável pelo departamento jurídico da APGP, Dr. Pedro Thomaz, que poderá melhor esclarecer a forma de contratação  
121 dos profissionais médicos. Dr. Pedro Thomaz explica que a APGP é seria, e não possui nenhum processo judicial em que conste como ré,  
122 mesmo na área trabalhista. Fala que a entidade contrata seus profissionais pelo regime da CLT, e que a APGP não solicita que os médicos  
123 formem uma Pessoa Jurídica para contratação. Dr. Eduardo Vieira diz entender que tal situação é complicada e dá margens para  
124 eventuais abusos por parte do empregador, havendo relatos de profissionais médicos que se dizem ameaçados e constrangidos por  
125 organizações sociais, que de antemão já os informam que precisarão trabalhar e cumprir sua carga horária, de forma abusiva e  
126 desrespeitosa. Dr. Pedro Thomaz diz não entender que haja qualquer dificuldade ou conflito de interesses quando da realização de  
127 contratação no regime da CLT, já que além dos deveres, também restam resguardados os direitos do empregado, à luz do que manda a  
128 lei. Informa que, não só os profissionais médicos, mas todos os empregados da APGP quando contratados são sim informados de sua  
129 escala e carga horária, e serão cobrados a cumpri-la, tal como deve ser. Dr. Eduardo volta a dizer que tal forma no trato é bastante  
130 ofensiva ao profissional médico, já que este tem suas particularidades no exercício da profissão e, via de regra, possui vínculos com  
131 outros empregadores. Dr. Pedro Thomas diz que não há nenhum impedimento da APGP de que os médicos possuam vínculos com outros  
132 empregadores, mas que uma vez contratados pela entidade, terão que observar as normas, horários, escalas e condições constantes no  
133 contrato com a entidade. Desdobra-se breve discussão acerca da forma de trabalho, tanto das organizações sociais, quanto de sindicatos  
134 de empregados e afins, oportunidade em que o Conselheiro Eduardo Golob relembra que este não é o tema da pauta, o qual versa sobre  
135 a apresentação da Associação Paulista de Gestão Pública – APGP, solicitando então que os Conselheiros e demais presentes se atentem e

136 se atenham a discussão do tema em questão, pela ordem do andamento da reunião. Conselheiro Francisco Valério pede para que seja  
137 encaminhado aos conselheiros a cópia do contrato firmado entre Prefeitura de Sorocaba e a APGP. Conselheiro Eduardo Golob informa  
138 que assim será feito. Conselheiro Dr. José William pede para que a APGP possa, oportunamente, voltar a realizar nova apresentação a  
139 respeito de eventuais melhorias de gestão implantadas no Hospital Vera Cruz, sobretudo em comparação ao trabalho até então  
140 desenvolvido pelo Instituto Moriah. Conselheiro Milton Sanches critica, mais uma vez, o fato do Conselho ser o último a saber dos novos  
141 prestadores contratados pela Prefeitura, não tomando sequer conhecimento dos pormenores da contratação, e que mais uma vez, o  
142 Conselho tomou conhecimento da contratação pela imprensa. Dr. Samuel esclarece que, salvo engano, o Edital de contratação é de  
143 conhecimento público, sendo então facultado com antecedência aos Conselheiros. Conselheiro Eduardo Golob corrobora do  
144 entendimento, dizendo que o Edital é público, e estava disponível para acesso no website da Prefeitura. Versa, ainda, que a contratação  
145 da APGP deu-se em 19 de Fevereiro de 2016, e que a última reunião ordinária do órgão ocorreu em 17 de Fevereiro de 2016, portanto,  
146 antes da contratação, sendo esta a primeira reunião pós contratação da APGP, oportunidade na qual já está sendo apresentada a  
147 entidade ao Conselho. Conselheiro Milton Sanches relembra que a apresentação só está ocorrendo por solicitação pessoal sua, durante a  
148 reunião da Comissão Executiva. Diz, ainda, que o Instituto Moriah recebia valor estratosférico para gestão do Hospital Vera Cruz, e ainda  
149 assim fez uma má gestão. Fala que sua preocupação, como conselheiro, é de garantir um tratamento digno aos pacientes ali internados,  
150 e que muito vem sofrendo com o descaso da administração anterior do Instituto Moriah. Versa esperar que a APGP tenha mais  
151 profissionalismo, desejando boa sorte e excelência neste novo desafio, e que o SinSaúde estará acompanhando de perto o  
152 desenvolvimento das ações e preservação dos direitos dos trabalhadores. Conselheiro Zanzarini diz ser preocupante o prazo restante do  
153 TAC para a promoção integral da desinstitucionalização dos pacientes. Solicita que a APGP apresente, se possível mensalmente ou  
154 bimensalmente, os números da evolução do processo de desinstitucionalização. Conselheiro Luiz Seidl questiona se houve um estudo  
155 prévio ou planejamento da APGP para cumprir o TAC. Dr. Samuel explica que hoje um planejamento do orçamento e da forma de gestão  
156 do Hospital, mas que as ações de desinstitucionalização são de responsabilidade da Prefeitura, cabendo a APGP prestar todo o apoio de  
157 gestão que se fizer necessário para a execução do planejamento, mas que este é elaborado pela Coordenação de Saúde Mental. Dra.  
158 Mirsa, Coordenadora de Saúde Mental da Secretaria da Saúde de Sorocaba, diz estar esperançosa com a vinda da APGP. Versa que a  
159 proposta da desinstitucionalização é de que todos os pacientes voltem para seus lares, corroborando que, para isso, a gestão do  
160 processo é de responsabilidade da prefeitura, e não da APGP, a qual cabe apenas realizar a gestão do Hospital, conforme diretrizes da  
161 Coordenação de Saúde Mental. Informa que vislumbra ser possível promover o cumprimento do TAC dentro do prazo, desde que para  
162 isso haja maior envolvimento dos demais municípios que ainda estão pendentes na formação da Rede de Atenção psicossocial. Explica,  
163 como exemplo, que se o município de São Paulo criasse as residências terapêuticas que são de sua responsabilidade para acolhimento  
164 dos seus pacientes, cerca de 60 moradores do Hospital Vera Cruz receberiam alta. Conselheiro Dr. José William diz entender a  
165 complexidade do assunto e reconhecer a seriedade no trato do mesmo pela Coordenação de Saúde Mental. Questiona, entretanto, se  
166 haverá a criação de novos CAPS e Residências Terapêuticas no município de Sorocaba. Dra. Mirsa informa que haverá ainda a breve  
167 implantação de um CAPS III e cerca de outras 07 Residências Terapêuticas para abrigar moradores do Hospital Vera Cruz sob  
168 responsabilidade do município de Sorocaba. Conselheiro Zanzarini solicita o agendamento de uma reunião para melhor discussão e  
169 aprofundamento sobre o assunto de Saúde Mental, em especial a desinstitucionalização. Conselheiro Eduardo Golob relembra que  
170 houve a criação de uma Comissão de Acompanhamento de Saúde Mental, e sugere que esta possa primeiramente realizar novos  
171 trabalhos neste sentido e então, posteriormente, solicitar pauta do assunto em reunião do plenário, com melhor embasamento e  
172 levantamento de dados pertinentes, caso contrário, entende que há o risco da reunião ser infrutífera, pela ausência de maiores  
173 informações e casos concretos observados para discussão. Passa-se então a apreciação do quarto item da pauta: Apresentação e  
174 informações gerais sobre o Protocolo de Atendimento do SAMU 192. Enfermeira Cibele, membro da equipe do SAMU Regional, relata  
175 um breve histórico da criação do serviço do SAMU, desde 2006 até o presente momento. Explica aos presentes que hoje o SAMU  
176 Regional é composto de 08 municípios, e que em dezembro de 2015 houve visita do consultor do Ministério da Saúde, que alertou sobre  
177 as pendências existentes no serviço. Informa que a Secretaria da Saúde adotou as providências pertinentes e, em Fevereiro de 2016,  
178 houve nova visita do Ministério da Saúde, a qual resultou na habilitação do serviço. Informa que agora o serviço aguarda a competente  
179 publicação da Portaria Ministerial de habilitação do serviço, e que com isso o município passará a receber o repasse previsto, podendo  
180 posteriormente empreender as medidas necessárias a qualificação do mesmo. Em relação ao protocolo de atendimento, versa que o

181 documento é bastante amplo e abrangente, já tendo sido encaminhado na íntegra para prévio conhecimento e ciência dos Conselheiros.  
182 Explica aos presentes a importância do protocolo, já que este é o documento responsável por normatizar e definir os fluxos, atribuições e  
183 a rotina de trabalho da equipe, com seu “modus operandi”. Diz que o documento foi dividido em técnicas de regulação, abordagem e  
184 regulação médica, rotinas internas de serviço, interface com parceiros e protocolos de enfermagem. Versa sobre quais referências foram  
185 utilizadas, e que a revisão desses protocolos será realizada com periodicidade anual, sendo este um dos critérios para habilitação e  
186 qualificação do serviço junto ao Ministério da Saúde. Conselheiro Dr. José William diz que solicitou esta pauta em reunião da Comissão  
187 Executiva, em virtude de ter encontrado dificuldades que envolveram o serviço em caso já relatado durante a última reunião ordinária  
188 do Conselho. Relembra da experiência em tela, com a dificuldade enfrentada para empreender a transferência de um ente próximo, o  
189 qual possuía convênio particular e desejava sua remoção para o hospital conveniado, tendo inclusive a autorização do mesmo e de seu  
190 acompanhante responsável, e que mesmo assim, a liberação só ocorreu a muito custo. Diz do enorme transtorno e do gasto financeiro  
191 despendido pelo Poder Público para realizar atendimento de pessoa que poderia ser facilmente transferida para o convênio, e que tal  
192 demora acaba por ainda causar maiores atrasos no atendimento daquele cidadão que, por não ter convênio, realmente precisa do  
193 atendimento pelo SUS. Informa que, tão logo após acionado o convênio, em cerca de 10 minutos já estava providenciado e liberado a  
194 transferência para o convênio, no caso, a UNIMED. Porém, ressalta que isto não foi possível de imediato, pois teve que aguardar  
195 liberação do Hospital Regional por cerca de 12 horas, motivo pelo qual acha muito importante que esse protocolo seja discutido.  
196 Questiona se há um número significativo de ocorrências de pacientes de saúde mental das cidades da região que solicitam o SAMU.  
197 Enfermeira Cibele explica que um dos critérios para liberação de casos de Politrauma é que o primeiro atendimento seja realizado por  
198 equipe especializada, e que atualmente o CHS é o único que apresenta esta equipe, motivo pelo qual o paciente teve que ser removido  
199 pela ambulância ao Hospital Regional, e não diretamente ao convênio. Conselheiro Dr. José William questiona se a UNIMED não possui  
200 estes profissionais, sendo informado pela Enfermeira Cibele que nem mesmo convênio possui o plantão desta equipe, justificando a  
201 necessidade de remoção para o Hospital Regional. Conselheiro Dr. José William pede que essa justificativa possa ser feita por escrito,  
202 com todos os pareceres pertinentes. Conselheiro Francisco Valerio comenta outro episódio similar ao relatado pelo Conselheiro Dr. José  
203 William, informando que o paciente em questão teve que aguardar cerca de 03 (três) dias a sua liberação do CHS para remoção ao  
204 convênio. Conselheiro Luis Maganhato, representante da Secretaria Municipal da Educação, agradece e parabeniza o SAMU, em virtude  
205 do serviço realizar treinamento de primeiros socorros junto aos professores da rede municipal. Passa-se então a apreciação do quinto e  
206 último item da pauta: Apresentação de pesquisa realizada pelos residentes junto aos usuários atendidos na Unidade Pré-Hospitalar Zona  
207 Norte. Conselheiro Zanzarini explica aos presentes a importância do trabalho desenvolvido pela equipe de residência multiprofissional  
208 nas unidades de saúde do município, e que a equipe presente irá apresentar pesquisa que foi feita junto aos usuários da Unidade Pré-  
209 Hospitalar da Zona Norte. A residente Camila inicia a apresentação da residência multiprofissional na área de Urgência e Emergência do  
210 município, explicando qual foi o objetivo da mesma, e explanando a composição do trabalho realizado. Apresenta a pesquisa de  
211 satisfação dos usuários, identificando o perfil do público assistido. Informa que a pesquisa foi feita com 1.000 usuários, mas que  
212 infelizmente pouco mais de 25% realmente preencheram completamente todos os requisitos da pesquisa. Demonstra informações  
213 gerais, explanando que a pesquisa foi realizada de julho a agosto de 2014, após a passagem do usuário pelo acolhimento. Apresenta a faixa  
214 etária do público alvo, seu gênero, e a identificação do território por regiões, mostrando o resultado da avaliação da assistência de cada  
215 setor. Versa que o atendimento médico foi considerado muito bom em relação aos demais critérios de avaliação, apresentando os  
216 resultados de elogios e críticas. Informa que foi realizada discussão interna acerca dos resultados sobre atendimento, especialmente da  
217 área médica, bem como da infraestrutura do serviço, em geral. Revela que a conclusão do trabalho apontou necessidades diversas, tais  
218 como melhorias na infraestrutura da unidade, o estabelecimento de fluxo de atendimento da unidade, reforço da necessidade de  
219 realização da educação continuada, disponibilização do atendimento médico em consultórios fixos e melhor evidência do fluxo de  
220 atendimento. Demonstra que, após a conclusão da pesquisa, houve melhorias perceptíveis, sendo que algumas propostas, tal como a  
221 melhora da infraestrutura e os consultórios fixos, já estão sendo implantadas. Finaliza a apresentação agradecendo a atenção de todos, e  
222 coloca-se a disposição para o necessário. Conselheiro Dr. José William versa acerca dos profissionais que foram considerados na  
223 pesquisa, e que teve a percepção de que a avaliação foi feita com todos, exceto com os dentistas. Conselheiro Zanzarini diz que a  
224 pesquisa foi muito interessante, pois demonstrou que quando o Dr. Francisco Fernandes assumiu a Secretaria da Saúde, a espera para  
225 ser atendido na UPH Zona Norte era de aproximadamente 6 horas em média, e que hoje o tempo de espera não passa de 4 horas, se

226 aproximando a brevemente o estabelecimento da meta de 02 horas, contando do acolhimento da recepção até o atendimento junto ao  
227 médico. Conselheiro Dr. José William pergunta às residentes presentes se é possível aferir a pré-disposição do usuário que busca  
228 atendimento no SUS, uma vez que o mesmo já comparece à unidade de saúde embuído do sentimento e da expectativa de que será mal  
229 atendido, em aspectos gerais. Residente Aline explica que o estado dos pacientes é de vulnerabilidade, e que é possível sim já denotar tal  
230 pré-disposição apontada. Informa que, em que pese tal fato, a ideia é justamente a de dar um conforto ao usuário, que quando percebe  
231 o esforço da equipe neste sentido, desarmasse de maiores resistências, tornando o acolhimento mais efetivo. Conselheiro Francisco  
232 Valerio parabeniza a equipe pela pesquisa e trabalho realizado. Lamenta que grande parte dos usuários não tenham participado da  
233 pesquisa, e parabeniza o Conselheiro Zanzarini, atual gestor da UPH Zona Norte, pelo bom trabalho desenvolvido na unidade, dizendo  
234 ser nítido a diferença da gestão do serviço. Residente Thaís, da área de farmácia, diz que está sendo ótimo construir o trabalho de  
235 residência multiprofissional na unidade, mas que infelizmente neste ano não de 2016 foi aberto novo processo seletivo para residência,  
236 entendendo que isto representa considerável perda para os serviços de saúde do município. Conselheiro Dr. José William corrobora do  
237 entendimento, e diz que além da continuidade da residência, se faz necessário ainda pensar em políticas de retenção destes residentes  
238 ao serviço público após o término da residência, caso contrário o município continuará investindo na formação destes profissionais e  
239 perdendo-o após capacitado. Conselheiro Zanzarini informa que certamente a equipe de residência fará considerável falta no serviço  
240 público, e que com essa equipe houve grandes melhorias na unidade. Informa ter esperanças de que em 2017 tenha novamente  
241 abertura de processo para novas equipes de residência multiprofissional. E, às 22h30min, como nada mais foi acrescentado à reunião,  
242 eu, Pâmela Caroline Dias que, em substituição, secretariei a presente reunião, e Conselheiro Eduardo Golob que a presidiu, demos a  
243 mesma por encerrada.